



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos**

## **O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CIDADANIA LGBTIA+ DE NATAL/RN: PERSPECTIVAS ÉTICO-POLÍTICAS E DESAFIOS COTIDIANOS**

**THALIA CLÉO FELIZARDO ARRAIS<sup>1</sup>**

**TÁSSIA REJANE MONTE DOS SANTOS<sup>2</sup>**

**FABRICIO BARBOSA DA COSTA<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

A pesquisa analisou o trabalho do Serviço Social no Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN, buscando contribuir para a prática profissional e a produção de conhecimento sobre a população LGBTIA+. O estudo identificou desafios na estruturação dos serviços, mas também avanços significativos. Concluiu-se que, apesar do papel crucial do Centro, é urgente aprimorar políticas públicas para garantir igualdade de acesso e fortalecer a assistência integral ao público LGBTIA+.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Centro LGBT; Serviço Social.

### **ABSTRACT**

The research analyzed the work of Social Service in the Municipal Center for LGBT Citizenship in Natal/RN, seeking to contribute to professional practice and the production of knowledge about the LGBTIA+ population. The study identified challenges in the structuring of services, but also significant advances. It was concluded that, despite the Center's crucial role, there is an urgent need to improve public policies to guarantee equal access and strengthen comprehensive care for the LGBTIA+ population.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Keywords:** Human Rights; LGBT Center; Service Social.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, em comparação com tempos passados, vive um período de maior politização e reconhecimento dos direitos das minorias sociais (negros, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, idosos e LGBTIA+). No entanto, o país ainda não superou as graves estatísticas de discriminação, injustiça e criminalidade. Em termos de violência e crimes de ódio, o Brasil lidera rankings internacionais.

Nas últimas décadas, os processos de mobilização e protesto de origem popular, que produzem a denúncia das massas e conclamam equidade e justiça social à sociedade e ao Estado brasileiro, não comparecem à cena política com a mesma força e notoriedade que setores conservadores e autoritários. Não apenas no Brasil, o mundo inteiro tem assistido ao regresso de uma direita extremada, cuja expressividade e radicalidade possuem postulações ideopolíticas autoritárias, excludentes e discriminatórias.

Frente a subnotificação, especialmente para o coletivo LGBTIA+, cujos dados governamentais sobre vida e morte são quase inexistentes (DANTAS, SOUZA, PINHEIRO, 2021). Assim, a criação dos Centros de Cidadania LGBT desempenham um papel crucial na promoção da igualdade e no combate à discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Com uma abordagem abrangente, oferece uma variedade de serviços, desde orientação jurídica até apoio psicossocial, buscando criar um ambiente inclusivo e seguro para a comunidade.

Essa pesquisa tem como objetivo elaborar elementos para a formação de uma análise crítica ao trabalho profissional do serviço social e na política pública de direitos humanos LGBTIA+, tendo como referência o Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN. O aumento significativo de mortes na comunidade LGBTIA+ e a falta de dados governamentais confiáveis sobre essas violências, a precarização das condições de vida, o avanço da agenda neoliberal e as contrarreformas, são dimensões que compõem o cenário histórico e institucional que nos propomos analisar.

Buscamos apreender o papel desenvolvido pelo trabalho dos assistentes sociais na instituição, considerando tanto as práticas cotidianas quanto os objetivos teóricos que norteiam suas ações, vislumbrando o alinhamento das expectativas e práticas no atendimento à população



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

usuária, na mediação política da equipe técnica de trabalho, da gestão municipal e também na interação com a sociedade civil.

O interesse em pesquisar sobre o trabalho no Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN surgiu do estágio da autora, onde ela lidou diretamente com as demandas da comunidade LGBTIA+. Na experiência foi possível identificar tanto desafios na estruturação e manutenção dos serviços, quanto a relevância dos serviços prestados pela instituição. A investigação traz a problematização de algumas contradições que perpassam o trabalho profissional no centro, constituídas pelas demandas sociais e institucionais na perspectiva de atendimento à comunidade e promover níveis de cidadania e oportunidade social. A pesquisa visa compreender a evolução do Centro e seu impacto no atendimento à comunidade, destacando a necessidade de aprimorar políticas públicas para garantir igualdade de acesso e fortalecer a assistência integral ao público LGBTIA+.

A efetividade do Centro é uma conquista e um desafio, especialmente considerando seu papel inicial de combater discriminação e violência. A relevância desta pesquisa para o Serviço Social reside na interlocução que pauta sobre as formas de intervenção no cotidiano do exercício profissional e na busca pelo debate permanente, pela aproximação política e produção de conhecimentos sobre a população LGBTIA+. Nesse sentido, o estudo busca compreender os impasses e potencialidades na abordagem temática feita no campo profissional na instituição lócus da pesquisa. A identificação dessas dimensões na intervenção profissional pode indicar as possibilidades presentes no conjunto do trabalho e das práticas profissionais, na perspectiva de uma abordagem mais crítica e abrangente no Serviço Social.

Referente à natureza da pesquisa, pode-se categorizá-la como qualitativa, a qual considera-se que existe uma interação dinâmica entre o mundo real e o indivíduo, ou seja, uma conexão indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade da pessoa que não pode ser quantificada. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais no processo de pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a construção do presente artigo, foi adotado a estratégia de pesquisa bibliográfica e documental. Ambas abrangem a busca de conhecimento por meio da consulta a todo material previamente publicado sobre o tema, incluindo livros, páginas da internet, artigos científicos, jornais, documentos oficiais, arquivos públicos, revistas e outros recursos (CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007; MARCONI, LAKATOS, 2007). Segundo Gil (2008), a principal diferença entre esses dois tipos de pesquisas reside na natureza da fonte. Enquanto uma já recebeu contribuições de

vários autores relacionados à temática, a outra ainda não passou por nenhum tratamento analítico.

A coleta de dados se deu tanto pelo “Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório I e II” produzido pelas autoras Silva e Arrais (2023); quanto os relatórios “Análise dos Dados do Centro LGBT de Natal Último Trimestre de 2020” e “Análise dos Dados do Mapeamento da População Trans, Travesti e Transgênero do Município de Natal/2021”; leis federais e municipais; planos, programas e projetos governamentais; artigos; livros; sites de grupos e instituições da sociedade civil que tornam-se peças centrais para explorar a dinâmica do Centro.

O método empregado aqui é a pesquisa exploratória, pois conforme Gil (2008), as investigações exploratórias costumam ser mais flexíveis em sua elaboração, uma vez que visam observar e entender os diversos aspectos relacionados ao fenômeno investigado pelo(a) pesquisador(a). Sendo que o alvo da pesquisa é o trabalho profissional do Serviço Social no Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN.

## **2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA COMUNIDADE LGBTIA+ NA REALIDADE BRASILEIRA: UMA QUESTÃO DE VIDA E DE MORTE**

A comunidade LGBTIA+ enfrenta uma série de desafios sistêmicos, desde a escassez de acesso a serviços públicos até a vivência de violências extremas, marcando profundamente suas vidas. Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2022), entre os anos 2000 e 2021, o número de mortes de pessoas desse grupo aumentou em 33,33%; em 2023 (ANTRA<sup>4</sup>) o Brasil foi eleito pelo 14º ano consecutivo o país que mais mata transexuais e travestis, o que contrasta com o dado de que o país também é o que mais consome pornografia envolvendo pessoas trans e travestis no mundo. Já Carvalho (*et al.*, 2019), demonstra que o índice de tentativas de suicídio entre a população LGBTIA+ chega a ser de 2 a 7 vezes maior do que analisado entre pessoas heterossexuais.

Esse cenário, é o resultado da construção social de gênero e sexualidade perpassados pela binaridade e heteronormatividade compulsória, que dificulta a percepção de sociabilizar outras maneiras de estabelecer as relações sociais fora dessa dicotomia de feminino e masculino (TOKUDA; PERES, 2014; NODARI; MARTINS-SILVA, 2020) e dos “[...] padrões/regras arbitrarias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas

---

<sup>4</sup>A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...]” (LOURO, 1997, p. 24). Onde a falta de reconhecimento de suas identidades e a negação de seus direitos contribuem para altas taxas de desemprego, violência, e problemas de saúde mental.

O Estado, por sua vez, desempenha um papel ambivalente. Embora tenha avançado em algumas legislações, como o reconhecimento da união civil homoafetiva e a criminalização da homofobia, a efetivação desses direitos na prática é desigual. O hiato entre o "Brasil legal" e o "Brasil real" (OLIVEIRA, 2014) é evidente, com a persistência de preconceitos e a falta de políticas públicas eficazes. Netto (2009) destaca que a questão social – conjunto das expressões das desigualdades sociais geradas no âmago das relações sociais de produção na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2008) – têm sido abordadas como problemas individuais, fragmentando e minimizando sua significância. E em seu caráter conservador, neoliberal, moralista e cisheteronormativo restringe a ampliação democrática de acesso em todos os aspectos da vida social (RODRIGUES, WOLFF, OLIVEIRA, 2019).

A política social brasileira, marcada por uma história de desigualdades e conflitos de classe, apresenta uma face complexa e contraditória. Por um lado, a precarização do trabalho e a implementação fragmentada de políticas sociais dificultam a universalização de direitos para a classe trabalhadora, incluindo a população LGBTIA+. Por outro lado, as políticas sociais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social e na promoção da justiça, mesmo que muitas vezes atendam a interesses divergentes (BEHRING, BOSCHETTI, 2007; FERNANDES, 2008).

E a criação do Centro Municipal de Cidadania LGBT em Natal-RN, é resultante de uma longa luta dos movimentos LGBTIA+ locais, iniciada na década de 1990. A pandemia da COVID-19 intensificou as demandas da comunidade, culminando na aprovação do Decreto Municipal nº 11.909/2020. Essa conquista representa um marco histórico, fruto da união de diversos grupos como a "Atrevida" e o "Fórum LGBT", que atuaram em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT. O centro visa fortalecer a intervenção multidisciplinar no combate à LGBTfobia e garantir o acesso aos direitos da população, alinhando-se a outros movimentos sociais que lutam contra a discriminação e a marginalização (OLIVEIRA, MARIA, XAVIER, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

### **3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE CIDADANIA LGBT EM NATAL: DAS PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS À FACTUALIDADE SOCIAL**

Historicamente, o Serviço Social esteve vinculado à execução de políticas sociais, muitas vezes marcadas por práticas assistencialistas. A partir da Constituição de 1988 e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS- 1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS- 2004), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS- 2005), as Leis de Regulamentação da Profissão e outras legislações recentes, ocasionou na profissão um processo de transformação, buscando superar as concepções tradicionais/conservadoras e adotar uma postura crítica e comprometida com a classe trabalhadora. No entanto, é inegável que a superação completa das antigas concepções ainda representa um obstáculo para os assistentes sociais inseridos na assistência (RAICHELIS, 2010; SILVA, 2012).

Mesmo sendo regulamentados como profissionais liberais, assistentes sociais possuem apenas autonomia relativa, já que pertencem à classe trabalhadora e também têm sua força de trabalho mercantilizada. Isso os torna dependentes de respostas estatais, pois são nas relações sociais que as necessidades sociais se manifestam e dão significado às ações profissionais, interferindo diretamente no processo de reprodução material e ideológica dos indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2000).

Dessa maneira, o fazer dos assistentes sociais se articula através das três dimensões indissociáveis: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para que assim consiga se distanciar do senso comum e das aparências, indo em busca da perspectiva totalizante, em Marx, pois “o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 1982, p. 14)

O Serviço Social através do projeto ético-político-profissional e de suas entidades profissionais (CFESS, CRESS, ABEPSS) tem realizado ações importantes na proteção estratégica da democracia e dos direitos, em consonância com os princípios modernos e emancipatórios, o Código de Ética (Lei 8.662/93) entre outras providências tem o “reconhecimento da liberdade como valor ético central” e a “defesa intransigente dos direitos humanos” (CFESS, 2012)

No que tange, a liberdade sexual e de gênero o Serviço Social têm se mostrado um forte aliado da comunidade LGBTIA+, tendo sua primeira ação em 2006 com a Resolução nº 489/2006 publicada e integrada a Lei 8.662/93 em Diário oficial da união que “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no

Código de Ética Profissional”; tendo também a adoção de campanhas nacionais como “O amor fala todas as línguas: Assistente social na luta contra o preconceito<sup>5</sup>” (CFESS, 2006).

### **3.1 A realidade social do segmento usuário do Centro LGBT+: sobre perfis e demandas institucionais/profissionais**

O Centro LGBT de Natal possui 4 anos de existência, esse tipo de equipamento se apresenta como algo inédito no Estado do Rio Grande do Norte. Com base no primeiro relatório produzido pela instituição juntamente à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES), até o último trimestre de 2020 (ano de criação) contavam com o total de 32 pessoas acompanhadas dos quais 28 foram por demanda espontânea, 2 encaminhamentos pela rede socioassistencial, 1 pelo Ambulatório Municipal LGBT e 1 foi encaminhado por outras políticas públicas que nesse caso foi a Unidade Básica de Saúde, já em 2023 no relatório de estágio de Silva e Arrais contabilizam aproximadamente 100 usuários sem ter o quantitativo específico da forma de acesso. Tendo como única condição regulamentada para ter acesso ao atendimento é que os usuários possuam endereço em Natal/RN.

Em 2020 (SEMDES; CENTRO LGBT), esses usuários eram compostos segundo a identidade de gênero por 41% mulheres trans, homens trans 38%, mulheres cis 9%, travesti 3%, não sabe/nao informado 9% e conforme a faixa etária dos acompanhados segue sendo de 15 a 17- 9%, de 18 a 29- 66%, de 30 a 59- 16% e não sabe/não informado- 9%. De acordo com outro relatório produzido pelo Semdes e o Centro LGBT denominado “Análise de Dados do Mapeamento da População Trans, Travesti e Transgênero do Município Natal/2021” fazendo um comparativo entre o relatório de 2020 para esse de 2021, a população trans/travesti/transgênero atendida pelo Centro LGBT teve um aumento de 146,15%. Além disso, dos usuários e movimentos sociais entrevistados para o mapeamento, foram contabilizados 203 homens e mulheres trans, travestis e não binários.

Seus dados indicam também que, 47,3% estão desempregados, 32% estão na informalidade e 20,7% possuem trabalho formal; no que concerne a renda familiar o estudo esclarece que 5,4% dos entrevistados não possuem renda, 36% recebe menos de 1 salário-mínimo, 42,4% de 1 até 2 salários-mínimos, 7,4% de 3 até 4 salários-mínimos, 2,5% de 5 até 6 salários-mínimos, e com mais de 6 salários-mínimos apresenta 6,4%.

---

<sup>5</sup>Campanha pela livre orientação e expressão sexual, aprovada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS e lançada oficialmente a partir de julho de 2006 em todos os encontros descentralizados.

Em 2023, mulheres e homens trans continuam sendo maioria no acompanhamento, seguido de não binários e gênero fluido, contudo não possui informação exata de quantidade seja de identidade de gênero ou faixa etária, o que as autoras classificam como movimento de “[observação] do cotidiano e [das] fichas de acolhimento da instituição” (SILVA; ARRAIS, 2023, p. 16).

A comunidade LGBTIA+, nos últimos anos, mesmo com importantes avanços, têm vivenciado uma intensa precarização devido não somente à onda de (neo)conservadorismo e reacionarismo, mas também à pandemia de Covid-19. Assim, existem segmentos dentro da comunidade mais afetados do que outros, e isso é evidenciado nos relatórios abordados aqui. O aumento expressivo de pessoas trans e travestis em busca dos serviços assistenciais do centro foi observado como resultado do aumento da desigualdade, da pobreza, da fome e da pandemia, que afetam diretamente esse segmento da comunidade que já não possuía meios de subsistência por causa do estigma e preconceito, marginalizando principalmente mulheres trans devido à baixa passabilidade, restando apenas subempregos e vínculos na exploração sexual, situação que revela as piores faces da violência e da ausência de expectativas de renda (DUQUE, 2020; DUARTE, OLIVEIRA, 2021; CARDOSO, LEITE, 2021).

Dessa forma, nota-se que a LGBTfobia afeta a grande maioria da comunidade, conforme apontam os relatórios de 2020 e 2021, nos quais, respectivamente, 76% e 71,9% dos indivíduos relataram estar em situação de violência e/ou terem sofrido violência em algum momento. Contudo, 90,4% não registraram denúncia em órgãos de segurança pública (SEMDES, CENTRO LGBT, 2021). Segundo a pesquisa de Minayo et al. (2016), a falta de denúncias está associada ao fato de que, ao fazer a denúncia, as pessoas LGBTIA+ costumam sofrer novas agressões ou expressões de ódio, resultando em inúmeros problemas: "subnotificação dessas violências, falta de confiança para denunciar agressões, sentimentos de desdém e de não reconhecimento e, o mais comum, frequente indeterminação de culpa nos casos relatados aos agentes" (IDEM., 2016, p.16).

Dando aporte a essa pesquisa, Prado *et al.* (2013) afirmam em sua investigação que as ações preconceituosas de policiais, que vitimizam essa população mais uma vez, são devidas não apenas à falta de capacitação contínua por parte dos órgãos públicos, mas também à formação desses agentes, que é permeada por uma estrutura de preconceito homofóbico englobada na dinâmica institucional. Isso resulta em formas depreciativas de atendimento e na relutância em

investigar crimes homofóbicos. Os autores também afirmam que não existem políticas de apoio a esses grupos nas delegacias, e os que mais enfrentam discriminação são travestis e transexuais.

Sobre raça/cor de forma autodeclarada no relatório do último trimestre (2020), 38% dos usuários se declararam brancos, 28% pardos, 19% pretos, 6% amarelos e 9% não sabe/não informado. Informação que contrasta com o relatório de estágio de Silva e Arrais (2023) no qual foi observado pelas autoras que a maioria dos atendimentos são de pessoas pretas e pardas. Essa dimensão de interseccionalidade entre classe, raça e sexualidade denota a realidade de indivíduos negros que sofrem violência, quando pertencentes a comunidade LGBTIA+ vivenciam uma forma ainda mais agravada de opressão, decorrente da interseção entre o racismo e o preconceito por orientação sexual e identidade de gênero, o que impacta significativamente todas as esferas de suas vidas (ALVES, ARAÚJO, 2020; CAFÉ, 2023)

Sendo que é de grande importância enfatizar que essas três dimensões desempenham um papel basilar na formação histórica, econômica e social do Brasil, que se constroem dialeticamente, mesmo nos dias atuais, desenrolando-se como aporte para a acumulação e reprodução do capital (MARTINS, ANDRADE, 2017). Constata-se também que há discrepância no perfil de usuários que se autodeclararam no relatório de 2020, em contraste com a observação das autoras Silva e Arrais (2023). Como afirma Munanga (2004), isso ocorre pelo desejo de branqueamento imposto culturalmente, na tentativa de se afastar da definição ou do auto reconhecimento sobre ser preto/pardo desenvolvida culturalmente no Brasil, no qual as pessoas passam a não se identificarem como tal, devido ao estigma e preconceito decorrente do racismo estrutural.

Referente a escolaridade, ambos os relatórios (2020 e 2023) identificam que a maioria dos acompanhados possui até o ensino médio incompleto, refletindo a fragilidade do acesso à educação pela população em questão, como demonstra a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (2016) que identifica que 60% dos estudantes entrevistados se sentem inseguros na escola por causa da orientação sexual e 43% são inseguros pela identidade/expressão sexual, 27% foi agredido fisicamente em razão da orientação sexual, enquanto 25% sofreu agressão pela identidade/expressão sexual. Corroborando com esses dados, Moreira (2012) identifica que a evasão escolar não está ligada somente à LGBTfobia presente nas escolas, mas também relaciona-se a outros fatores como a falta de apoio familiar e falta de renda para continuar os estudos, fazendo-os escolher entre conhecimento ou dinheiro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Em relação às demandas da instituição, o relatório do último trimestre de 2020 identificou que a maior demanda foi a de alteração de pronome de gênero<sup>6</sup>- 36%, seguida de harmonização- 17%, serviços de saúde mental- 9%, conflitos familiares e conjugais- 2%, serviço socioassistencial- 5%, situação de violência- 2% e não informado/sem informação- 29%. Todavia, Silva e Arrais (2023) constataram que as demandas migraram majoritariamente para a solicitação de serviços socioassistenciais (aluguel social, cestas básicas e cartão de passagem). Essa mudança é o principal indicativo de como a comunidade LGBTIA+ Natal-RN está empobrecida, sem acesso a oportunidades de emprego ou recursos para subsistência. Vendo essa conjuntura, pode-se dizer que essa visão micro é apenas um reflexo do macro, onde a classe trabalhadora enfrenta uma crescente precarização e devastação social.

Olhando para o corpo geral de profissionais, desde 2023, o Centro LGBT enfrenta uma situação de desfalque na equipe técnica, com apenas um assistente social e duas psicólogas, em contraste com 2020, ano de inauguração, quando a equipe era mais completa, incluindo mais um assistente social e um estatístico. Esse déficit nos serviços públicos compromete a prestação de serviços essenciais, afetando diretamente a população atendida. Além disso, a redução de profissionais sobrecarrega os que permanecem na instituição, evidenciando uma dinâmica de causa e efeito. (SEMDES, CENTRO LGBT, 2020; SILVA, ARRAIS, 2023)

Nesse contexto, o atendimento às demandas apresentadas ao assistente social na instituição em foco continuam, sejam agendadas ou espontâneas, abrangendo (SILVA, ARRAIS, 2023, p.18): Acolhimento inicial dos usuários e suas demandas; Registro sistemático dos dados dos usuários; Orientações sobre direitos/serviços da rede pública e articulações entre instituições; Palestras educativas em outros órgãos para melhorar o atendimento da comunidade em questão; Rodas de conversa; e Visitas domiciliares.

Dessa maneira, a realidade do Centro LGBT é que a única assistente social acompanha 60 usuários/as. A rápida expansão da implementação do SUAS, mencionada por Raichelis (2010), não conseguiu garantir condições de trabalho adequadas, resultando em ambientes cada vez mais precários para o "fazer profissional". Considerando que o assistente social é um trabalhador assalariado, está sujeito às alienações dos processos de trabalho, assim como todos os trabalhadores assalariados, o que cerceia sua autonomia técnica e resulta em um intenso processo de adoecimento físico e mental desses profissionais.

---

<sup>6</sup>Essa demanda se refere à assistência jurídica em pedidos para a alteração de pronome de gênero junto à Corregedoria Pública, para aqueles usuários que não possuem meios de realizar o processo de forma privada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nota-se que o cotidiano enfrentado pelos assistentes sociais no Centro LGBT é desafiador. Embora esses profissionais se esforcem para lidar com os impasses e tentem se reunir para efetivar uma verdadeira intervenção profissional, a realidade tem se mostrado como um intenso “apagamento de incêndios”. Eles estão sobrecarregados devido ao número reduzido de profissionais, às incessantes demandas agendadas e espontâneas, e à cobrança constante da gestão por quantificar os atendimentos em detrimento da qualidade oferecida aos usuários. Esse cenário tem levado a atendimentos mecanizados, sem perspectiva de mudanças reais. Por mais que esses profissionais vislumbrem um equipamento funcionando conforme o projeto ético-político, existem forças conservadoras que influenciam seu funcionamento, sempre levando a um atendimento individualizado, focando na resolução imediata e sem levar em conta as questões coletivas ou considerar a totalidade.

### **3.2 O desfinanciamento das políticas sociais: rebaixamento das condições objetivas de viabilização dos direitos sociais e do trabalho profissional**

Em última análise, é necessário considerar a questão orçamentária, que afeta diretamente os recursos humanos e materiais do Centro LGBT. Atualmente, a dinâmica do orçamento tem se desenvolvido de maneira que, nos últimos cinco anos, grande parte do orçamento federal tem sido destinada ao pagamento de juros e amortização da dívida pública. As porcentagens foram as seguintes: 2019 - 38,27%; 2020 - 39,08%; 2021 - 50,78%; 2022 - 46,30%; e 2023 - 43,23% (Auditoria Cidadã da Dívida, 2019 a 2023). Isso ocorre em detrimento da diminuição do financiamento das políticas públicas sociais, principalmente em governos mais conservadores. Para a assistência social, por exemplo, os percentuais têm sido os seguintes: 2019 - 3,42%; 2020 - 3,31%; 2021 - 4,11%; 2022 - 4,77%; e 2023 - 5,99%.

Observa-se que a dinâmica do orçamento funciona em um “efeito cascata”, onde a mesma lógica de financeirização atua sobre os três entes federativos. Entre as mudanças políticas e econômicas, que resultam de conflitos de classes e blocos de poder formados desde a redemocratização do país, bem como da vulnerabilidade externa e da posição do país na economia mundial, o neoliberalismo e suas políticas de ajuste fiscal persistem fortemente, afetando negativamente a política social e seu financiamento (DAIN, 2003; BEHRING, 2021). Como demonstrado na matéria da BBC News (2020)<sup>7</sup> em que,

---

<sup>7</sup> BBC NEWS. A decisão do Ministério da Cidadania que põe em risco a assistência social nas cidades brasileiras. 2020 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51819528>>. Acesso em: 20 de Jul. de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Uma portaria do Ministério da Cidadania lançada no fim de 2019 resultou em cortes nas verbas federais repassadas para os serviços de assistência social no país. Segundo gestores dos municípios, a decisão de Brasília põe em risco a continuidade do atendimento, especialmente em localidades menores e com menos recursos — as remessas foram até 40% menores que as anteriores.

O cenário apresentado revela uma complexa interação entre as esferas política, econômica e social, com reflexos diretos na vida da população, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. O orçamento público, nesse contexto, emerge como um instrumento de poder e um reflexo das prioridades governamentais.

Em Natal, a situação apresentada no quadro a seguir demonstra que as prioridades do governo municipal não têm se refletido positivamente na comunidade em questão. Observa-se uma redução no financiamento cada vez maior dos setores analisados:

ORÇAMENTO MUNICIPAL EXECUTADO ENTRE 2019 A 2023 EM NATAL-RN					
	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Total Destinado</b>	R\$ 2.897.443.533 Bi	R\$ 3.174.155.966 Bi	R\$ 3.158.485.600 Bi	R\$ 3.710.401.818 Bi	R\$ 4.102.226.517 Bi
<b>Assistência Social</b>	2,58%	2,26%	2,17%	2,24%	2,46%
<b>Previdência Social</b>	8,02%	9,61%	10,77%	10,12%	9,77%
<b>Saúde</b>	30%	28,72%	27,66%	29,70%	27%
<b>Educação</b>	18,13%	17,68%	17,80%	16,58%	17,45%

Elaborado pela autora  
Fonte: PLOA 2019 a 2023

Essa dinâmica tem enfrentado sérios desafios na distribuição de recursos para setores críticos de proteção social, ocasionando o subfinanciamento de programas sociais e impactando negativamente a qualidade e o acesso aos serviços públicos.

Mediante esse cenário, instituições como o Centro LGBT são duramente afetadas. Conforme o relatório de estágio realizado por Silva e Arrais (2023), a única menção de repasses consta no Decreto Municipal nº 11.909/2020, Art. 2º: “Compete à SEMDES, de maneira compartilhada com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Trabalho e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assistência Social (SEMTAS), a implementação e manutenção do Centro Municipal de Cidadania LGBT<sup>8</sup>. Não há nenhum outro documento que detalhe o financiamento para o centro ou o valor de repasse que cada órgão efetua. Como destacado pelas autoras, a instituição se encontra em déficit de recursos humanos e materiais, o que afeta em vários níveis mencionados aqui, sejam no atendimento, na prestação de serviços ou na precarização das condições de trabalho dos profissionais, incluindo do assistente social.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a elaborar elementos para a formação de uma crítica à política pública de direitos humanos LGBTIA+, tendo o Centro LGBT como referencia para alcançá-lo, com o intuito de colaborar com a construção e promoção de políticas públicas e estratégias de proteção à vida e o respeito à diversidade, além da conscientização sobre os direitos das pessoas LGBTIA+ nos territórios de todo país.

Por mais adverso que seja o funcionamento dos Centros de Cidadania LGBT pelo Brasil, para a comunidade LGBTIA+ é primordial que tenham serviços que acolham suas demandas e se atentem às suas especificidades. Ao utilizar esses serviços, essa população encontra apoio para se integrar em uma comunidade mais ampla e também para entender melhor seus próprios territórios existenciais. E, embora, muitas vezes, as pessoas procuram esses serviços devido a violações ou para reivindicar direitos, o apoio recebido vai além disso, incluindo a legitimação de sua identidade e uma educação sobre questões relacionadas à cidadania, direitos, identidade de gênero e/ou orientação sexual (ANDERSON, 2008; RAMOS, 2016).

Contudo, identificamos-pelos dados do Centro LGBT, do relatório de estágio e informações/estudos disponíveis de livre acesso, que a população LGBTIA+ encontra-se fragilizada, marginalizada e ameaçada. Suas demandas demonstram o quão frágeis são seus vínculos familiares, a inexistência de meios de subsistência, a falta de rede de apoio e mesmo com a constante invisibilidade/violência/preconceito que os acometem, que através de movimentos sociais e pessoas comprometidas, buscam atravessar as barreiras de cercamentos institucionais e sociais dos seus direitos, onde utilizam seus corpos como instrumento político.

---

<sup>8</sup> Portanto, com a necessidade de aprofundamento e amparada pela Lei de Acesso à Informação (LAI), foi enviada ao Portal da Transparência, no dia 01/12/2023, a solicitação de tais informações, com o prazo de até 20 dias para resposta. Contudo, até o presente momento, dia 29/07/2024 (242 dias), não houve nenhum retorno, apenas a visualização da tramitação interna.

A realidade do Centro LGBT exemplifica, em pequena escala, o descaso do Estado e o distanciamento de suas responsabilidades em promover ações efetivas para garantir os direitos humanos. Além disso, observa-se a falta de recursos humanos e materiais suficientes para melhorar a qualidade de vida dos profissionais da instituição. A situação vivida pela população LGBTIA+ reflete a pauperização da vida do trabalhador.

Em contrapartida, o comprometimento do serviço social com a classe trabalhadora articula ações importantíssimas, tornando-se essencial nessa dinâmica. Essas ações promovem a inclusão social, defendem os direitos humanos e buscam reduzir as desigualdades, proporcionando um apoio crucial para aqueles que enfrentam adversidades e contribuem para uma sociedade mais justa e equitativa. Sendo fundamental evitar tanto as ações messiânicas quanto o fatalismo.

Entretanto, para o serviço social, os desafios estão intrinsecamente ligados à complexidade de uma atuação turbulenta, exigindo constantemente que os profissionais se valham de sua autonomia relativa na tentativa de fazer emergir os princípios ético-políticos da profissão. Dessa maneira, o que se observa é que esse esforço tem sido frustrado pelo constante desamparo do Estado. Em outras palavras, a atuação do Centro LGBT começou como um promissor processo de conquista de direitos, mas, como não depende apenas dos profissionais de campo, a dinâmica inicial, infelizmente, tem se perdido. Os profissionais estão sobrecarregados, em meio à precarização das condições de trabalho a que são submetidos, o que reflete diretamente na saúde física e mental desses trabalhadores. O município não demonstra interesse direto no fortalecimento desse serviço, mantendo-o de forma precária, como um paliativo.

Tendo isso em vista, é importante ressaltar o papel crucial do Centro LGBT na promoção da visibilidade e na construção de espaços seguros para a população LGBTIA+. Esses centros não apenas fornecem suporte imediato, mas também criam um ambiente onde a diversidade é celebrada e as identidades são afirmadas. Ao oferecer serviços de acolhimento, educação e defesa dos direitos, os Centros LGBT ajudam a fortalecer a autoestima e a resiliência dos indivíduos, contribuindo para a criação de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Dessa forma, essas instituições se tornam verdadeiros pilares na luta pela igualdade e pelos direitos humanos, promovendo uma transformação social que beneficia toda a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M.; ARAÚJO, L. Interseccionalidade, Raça e Sexualidade: Compreensões para a velhice de negros LGBTI+. *Psicologia da IMED*, 12(2), p.161-178, Jul-Dez, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BENEVIDES, B. (org.). **DOSSIÊ: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transsexuais Brasileiras em 2022**. ANTRA. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARDOSO, T.; LEITE, K. **Apontamentos Acerca da precariedade: Vida e morte social de pessoas trans**. In: X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (CINABEH). Paraíba, 2021.

CARVALHO K., *et al.* Comportamento Suicida em Minorias Sexuais: Prevalência e Fatores Associados. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 11(14), p.1-13, ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e867.2019>.

CAFÉ, L. Interseccionalidade e os Discursos sobre Raça, Gênero e Diversidade Sexual na Escola. Curitiba-PR: **Brazilian Journal of Development**, v. 9, p.4866-4885, jan., 2023.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **O Amor fala Todas as Línguas: Assistente social na luta contra o preconceito**. CFESS Manifesta, 2006. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>>. Acesso em: 19 de jun. 2024.

CERVO, A.; BERVIAN, P.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DANTAS, M.; SOUZA, L.; PINHEIRO, S. Atuação do Serviço Social com A População LGBT em Contexto Ultraconservador e Pandêmico. **Temporalis**. ano 21, n.41, p.155-172, jan./jun., 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n41p155-172.

DUARTE, M.; OLIVEIRA, D. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da covid-19: A interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Em Pauta**. 48(19), p.153-168, 2021.

DUQUE, T. A Epistemologia da Passibilidade: Dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História Revista**, 25(3), p.32-50, set./dez. 2020. DOI: hr.v25i3.66509.

GIL, Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 6º ed., 2007.

MARTINS, C.; ANDRADE, I. **Reflexões Sobre o “nó” Gênero-Classe-Raça-Sexualidade em Tempos de Crise**: Sobre tensões e potenciais revolucionários. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. (tradução). São Paulo: Editora Avante, 1982.

MINAYO, M., *et. al.* A Atuação dos Órgãos da Segurança Pública Junto à População LGBT. In: Pareschi, A. (coord.). **Pensando a Segurança Pública: Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, p.9-40. 2016.

MOREIRA, Y. **Saindo do armário e da escola: Índices e causas de evasão de indivíduos não heterossexuais das instituições de ensino**. Espírito Santo: IFES-ST, 2012.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**, 2004. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=5242463&forceview=1>>. Acesso em: 12 abr. de 2024.

NATAL. **Análise dos Dados do mapeamento da população trans, travesti e transgênero do Município de Natal/2021**. Prefeitura de Natal, 2021. Disponível em: <[https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/semidh/mapeamento\\_populacao\\_trans\\_travesti\\_2021.pdf](https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/semidh/mapeamento_populacao_trans_travesti_2021.pdf)>. Acesso em: 15 de abr. de 2024.

\_\_\_\_\_. **Análise dos Dados do Centro LGBT de Natal Último Trimestre de 2020**. Prefeitura de Natal, 2020. Disponível em: <[https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/semdes/SEMDES-Relatorio\\_Observatorio\\_2020\\_FINAL.pdf](https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/semdes/SEMDES-Relatorio_Observatorio_2020_FINAL.pdf)>. Acesso em: 15 de abr. de 2024.

NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo-SP, Cortez, 7ª ed., 2009.

NODARI, P.; MARTINS-SILVA, P. O Discurso Publicitário Dirigido a Crianças em Comerciais de Brinquedos: A Cristalização do Binarismo de Gênero. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, 18(32), 2020. DOI: 10.55738/alaic.v18i32.606.

OBSERVATÓRIO DE MORTES LGBTI+ NO BRASIL. **DOSSIÊ: Denúncia 316 Mortes e Violências de pessoas LGBT em 2021**, 2022. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>>. Acesso em: 25 de Nov. de 2023.

OLIVEIRA, N.; MARIA, S.; XAVIER, Q. **Registro Histórico do Centro Municipal de Cidadania LGBT**. Natal: UFRN, 2022. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<https://www.cressrn.org.br/app/webroot/upload/files/REGISTRO%20HIST%C3%93RICO%20DO%20CENTRO%20LGBT%20%282%29.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2023

OLIVEIRA, V. Desafios para o avanço dos direitos humanos no Brasil: uma análise das justificações no debate mediado em torno do caso do PNDH-3. Rio de Janeiro: **Revista Compólitica**, 2(4), ago./dez, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2014.4.2.72>

PRADO, M. (coord.). **Relatório da pesquisa “Segurança Pública e População LGBT”** do Edital “Pensando Segurança Pública, 2ª edição”. SENASP/PNUD/NUH-UFMG. Belo Horizonte, 122pp, 2013.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo/RS: Universidade FEEVALE, 2ª ed., 2013.

RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no SUAS. São Paulo: **Serviço Social & Sociedade**, n.104, p.750-772, out./dez. 2010.

RODRIGUES, G.; WOLFF, S.; OLIVEIRA, T. **O Estado como Garantidor dos Direitos Sociais: Um ensaio sobre a Formulação de Políticas Públicas Efetivas no Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/o-estado-como-garantidor-dos-direitos-sociais.pdf>. Acesso em: 21 de Fev. de 2024.

TOKUDA, A.; PERES, W. **Teoria Queer e as Identificações Cristalizadas Masculinas de Sujeitos Presos**. In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Políticas e Estéticas queer: subjetividades em construção permanentes. Londrina, 2014. Disponível em: [https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT11\\_Andr%C3%A9%20Masao.pdf](https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT11_Andr%C3%A9%20Masao.pdf). Acesso em: 15 de abr. de 2024.